



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA TERESA MARQUES DA COSTA

**FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL**

**PATOS-PB
2014**

MARIA TERESA MARQUES DA COSTA

**FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de especialização em fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares, da UEPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista.

Profa. Dra. Maria da Conceição A. Rodrigues

**PATOS-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C838f Costa, Maria Teresa Marques da.
Formação Docente [manuscrito] : perspectivas e desafios para construção da cidadania no Brasil / Maria Teresa Marques da Costa. - 2014.
36 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria da Conceição Alves Rodrigues, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

1. Cidadania no Brasil. 2. Formação docente. 3. Educação.
I. Título.

21. ed. CDD 371.12

MARIA TERESA MARQUES DA COSTA

**FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL**

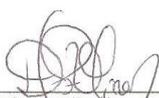
Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Especialização em Fundamentos da
Educação: Práticas Pedagógicas
interdisciplinares, da Universidade Estadual da
Paraíba-UEPB, como requisito para obtenção do
Grau de Especialista.

Aprovada em 19/07/2014

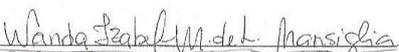
Banca Examinadora



Maria da Conceição Alves Rodrigues (orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Djane de Fátima Oliveira (examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Wanda Izabel Monteiro de Lima Marsiglia (examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

A Deus, por me conceder a graça de todos os dias abrir os olhos e viver, dando-me a força necessária para superar os obstáculos de cada dia.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado mais uma oportunidade, sabendo que esse não é o fim, mas o começo de uma longa jornada.

Ao meu querido esposo Edmilson pela força e incentivo, sem você não seria capaz de tal vitória. Obrigada!

Aos familiares que fizeram parte do meu dia-a-dia e que, com paciência, dedicação e atenção, souberam contribuir para tornar minha caminhada menos árdua e difícil.

Ao minha orientadora Maria da Conceição que se dispôs a me ajudar na orientação e elaboração desse trabalho, dando grande contribuição para a consolidação desse estudo.

Aos mestres, que no decorrer do curso souberam transmitir com sabedoria e responsabilidade os ensinamentos necessários para nossa formação, estimulando debates e trocas de experiências.

A todos os meus colegas de classe, que durante esses meses compartilharam comigo alegrias e dificuldades. A vocês a minha eterna amizade.

A todos os meus amigos que tiveram o respeito e a sensibilidade de compreender minha jornada, ajudando-me de forma direta ou indireta para a concretização do trabalho de pesquisa. Não mencionarei aqui nomes, pois poderei ser injusto. A vocês, obrigada.

Aos que amamos, por serem tão compreensivos durante o período que me dediquei ao curso.

RESUMO

Este trabalho procura analisar a história da educação no Brasil, partindo do pressuposto da formação docente e os processos de construção da cidadania. O estudo se orienta no sentido de compreender o processo educativo brasileiro, a formação docente e as possíveis consequências para a construção cidadã. Considerando-se o conceito de educação, a vivência docente no cotidiano escolar, a prática docente e as contribuições para o exercício da cidadania no Brasil. Para realizar esta pesquisa foram feitas leituras de vários teóricos e críticos que serviram de inspiração para as discussões levantadas sobre o tema mencionado, com destaque nas obras de Delors (2003), Ferreiro (2001), Freire (1980), Gadotti (2002), Libâneo (1994) Perrenoud (2002), Saviani (2008) entre outros.

Palavras-chave: Brasil. Cidadania. Docente. Educação.

ABSTRACT

This paper analyzes the history of education in Brazil, on the assumption of teacher education and the process of building citizenship. The study is directed towards understanding the Brazilian educational process, teacher training and the possible consequences for citizen building. Considering the concept of education, teaching experience in school life, teaching practice and contributions to the exercise of citizenship in Brazil. To conduct this research readings of various theorists and critics who were the inspiration for the discussions on the issue raised above, especially in the work of Delors (2003), Smith (2001), Freire (1980), Gadotti (2002) were made, Libâneo (1994), Perrenoud (2002), Saviani (2008) among others.

Keywords: Brazil. Citizenship. Lecturer. Education.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO-----10

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: BREVE HISTÓRICO-----12

1.1 Conceito de educação-----12

1.2 A educação no Brasil-----14

2 O SER PROFESSOR-----19

2.1 A formação docente-----19

2.2 A vivência docente no cotidiano escolar-----20

3 FORMAÇÃO DOCENTE E CIDADANIA-----24

3.1 A prática docente e o exercício da cidadania-----24

3.2 Contribuições da formação docente para a construção da cidadania-----29

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----33

REFERÊNCIAS-----35

INTRODUÇÃO

O referido estudo apresenta uma abordagem em torno de questões sobre a educação no Brasil, a formação docente e os processos de construção da cidadania, englobando o processo educativo e suas consequências para a sociedade brasileira. Nesse interim, educação e cidadania constituem dois aspectos indissociáveis, ou seja, um serve de base para o outro. Sendo assim, é urgente que se discuta sobre tal questão, e a partir de reflexões bem elaboradas possa conhecer e aprofundar a história da educação no contexto brasileiro e compreender como se dar o processo da formação do cidadão através da prática educativa.

Perante o exposto pretende-se analisar a trajetória da educação brasileira, bem como o processo de formação docente na construção da cidadania no Brasil. Na qual abordaremos no primeiro capítulo o conceito e o processo de desenvolvimento da educação brasileira. Logo em seguida objetivamos compreender o cenário atual da educação brasileira e a formação docente. E por último, busca-se refletir sobre a importância da prática pedagógica para a formação e construção da cidadania.

Diante do exposto acima levantamos o seguinte questionamento: Como o papel do professor e sua prática pedagógica contribuem para a concretização da formação cidadã?

Dessa forma, o trabalho aqui proposto caracteriza-se numa pesquisa que enriquece as experiências sobre o assunto em discussão, estimulando a participação do leitor. Desse modo, o mesmo dispõe de várias contribuições para o professor-pesquisador uma vez que este está diretamente ligado à educação como gestora escolar.

Ainda em termos pessoais esta pesquisa trará relevância pelo fato de proporcionar um longo estudo acerca da educação brasileira e dos processos de formação docente para a construção da cidadania no Brasil. Não obstante, o presente trabalho busca ressaltar a importância de pesquisar e conhecer, e conseqüentemente de contribuir de forma significativa para a historiografia e para que haja uma melhor compreensão desse processo como veículo de comunicação para as gerações futuras. Com isso, esse estudo possibilitará aos educadores um melhor esclarecimento de tais questionamentos e possíveis aportes para a

construção de nossa prática pedagógica no enfrentamento dos desafios do processo de ensino aprendizagem.

O percurso metodológico escolhido para a realização desta pesquisa será através de uma análise de documentos com recorrência à metodologia da análise documental. Sendo assim consideramos eminentemente pertinente a utilização deste modelo de abordagem que segundo Oliveira (2007),

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p.69). Ela se posiciona sobre a pesquisa documental: “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (Oliveira, 2007,p. 69).

Lançaremos mãos também da pesquisa bibliográfica que segundo Beuren e Raupp (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado. Sobretudo livros e artigos científicos. O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, entre outros.

Recorremos, também, a pesquisa exploratória que consiste em conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa (Beuren e Raupp, 2008).

Com base nas tipologias de pesquisas apresentadas faremos o mapeamento das fontes, trataremos de fazer uma análise das informações encontradas nos documentos, na qual, utilizaremos obras de autores como: Delors (2003), Gadotti (2002), Libâneo (1994), Saviani (2008), dentre outros. Entretanto, os procedimentos técnicos e metodológicos tornam-se indispensáveis para a compreensão da temática escolhida, bem como, para a produção textual da mesma.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

1.1 Conceito de educação

A educação é fundamentalmente uma prática social presente nos diferentes setores da produção da vida humana. É um processo que possibilita o desenvolvimento e atuação do indivíduo no meio social. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra educação é definida como o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. (Ferreira, 1999, p. 718)

Desse modo, Gadotti (2002) enfatiza que

fazendo uma análise crítica, acredita que a educação tem um papel importante no processo de humanização do homem e de transformação social, embora não preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando as possibilidades da educação, a teoria educacional visa à formação do homem *integral*, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela. (Gadotti, 2002, p. 17-18)

Dessa forma, a educação torna-se cada vez mais indispensável à vida do homem, pois é a partir dela que conseguimos compreender e refletir melhor sobre nossas ações, na tomada de decisões, individual ou coletivamente, consciente das possibilidades e limitações que a sociedade nos impõe.

Nesse contexto, Gadotti (2002), afirma,

[...] a educação deverá promover, antes de mais nada, o desenvolvimento de aptidões para assumir responsabilidades tanto individuais quanto sociais frente a um mundo imprevisível, [...] educar é fazer aparecer as múltiplas possibilidades num indivíduo ou num grupo social.[...] (Gadotti, 2002, p. 217)

De modo geral, desde os primórdios da história da humanidade é perceptível notar os primeiros indícios e sinais elementares de se fazer educação, isso devido à necessidade de organização e instrução da aprendizagem. A necessidade de se buscar meios que levassem a essa sistematização e organização de determinados conhecimentos levou o homem da época a refletir sobre sua prática, e conseqüentemente aprimorar seus pensamentos, a fim de obter melhores resultados. Assim, começa a analisar o pensamento pedagógico sobre a prática da educação. Ou seja, começa então a sistematização de ideias coletivas em prol de sua própria sobrevivência. Gadotti exprime que “A educação primitiva era essencialmente prática, marcada pelos rituais de iniciação. [...] a educação baseava-se na imitação e na oralidade, limitada ao presente imediato”. (Gadotti, 2002, p. 21)

Gadotti (2001) continua dizendo que,

Na trajetória da humanidade isso pode ser percebido, desde quando, nos primórdios de sua arrancada para o processo civilizatório, o homem primitivo, buscando soluções individuais para os desafios da natureza hostil e percebendo que a própria espécie estaria ameaçada com tais soluções, superou o “individualismo zoológico” e buscou associar-se com seus semelhantes para construir respostas coletivas aos reptos que se lhe colocavam. (Gadotti, 2001, p. 23)

Segundo Gadotti (2002), os egípcios, hebreus, gregos e romanos foram os precursores na tomada de consciência da importância da arte de ensinar, a eles devemos o uso prático das bibliotecas, praticamente foram os primeiros a valorizar a instrução da leitura e escrita, das histórias religiosas, da astronomia, música e medicina. Eles deixaram-nos um grande legado, embora pouco preservados. Diferentemente dos egípcios, os hebreus foram os povos do Oriente que mais conservaram informações sobre suas histórias, e que ainda hoje muito dos seus preceitos são seguidos, como os métodos educacionais dos hebreus juntamente com dos greco-romanos influenciaram na cultura do Ocidente.

Nesse sentido, o surgimento da cultura e da educação ocidental se deu a partir dos gregos e romanos, na antiguidade clássica quando atingiram o ideal mais avançado da educação: com a *paideia*, que consistia em uma educação integral, que veiculava uma pedagogia de liberdade e da convivência social e política, valorizavam também as artes, literatura, às ciências e à filosofia.

1.2 A educação no Brasil

A história da educação brasileira se deu em meados do século XVI, quando o colonizador europeu aportou aqui no território denominado Novo Mundo trazendo uma educação aos moldes da Europa, foram as Companhias de Jesus, as principais responsáveis por catequizar e ensinar a fé católica aos nativos, e os interesses e ideais dominantes da cultura medieval europeia, porém, para que isso acontecesse era preciso ensiná-los a ler e escrever.

Como mostra Rommanelli (1998),

Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem europeia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados. (Rommanelli, 1998, p. 33)

Desde os primórdios a educação jesuítica tradicional e conservadora dominou o pensamento pedagógico brasileiro. Segundo Gadotti, “[...] O obscurantismo português sobre a colônia era tanto que, em 1720, a metrópole proibiu a imprensa em todo o Brasil, na tentativa de mantê-la isolada de influências externas”. (Gadotti, 2002, p. 230).

Gadotti continua dizendo que (2002),

Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje. Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os “doutores”. (Gadotti, 2002, p. 231).

Nesse contexto, Rommanelli (1998) exprime que a obra de catequização dos padres jesuítas sobre os nativos foi a priori para a imposição de uma cultura alheia e

contraditória ao contexto colonial brasileiro, e que gradativamente foi caracterizando em uma educação elitista e de classe, dela estava excluída o povo. Só a elite colonial tinha o privilégio de frequentar essa educação que levava o brasileiro a alienação e a falsa ideologia europeia.

Segundo Rommanelli (1998) aborda

[...] a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, [...] (Rommanelli, 1998, p. 35)

Em 1808, com a vinda da família real para a colônia brasileira o cenário nacional começa a se estruturar em relação à situação anterior. Para atender as necessidades de sua estadia no Brasil, D. João VI tomou várias medidas administrativas e culturais para o país. Como a fundação da imprensa, estabelecimentos culturais, ensino militar, ensino técnico, ensino de artes, etc., que por sua vez promovia eventos culturais e educacionais apenas à elite aristocrática, assim deixando a maioria da população a mercê de instrução educacional.

Dessa forma Rommanelli explica, “num país onde a população era composta quase que exclusivamente por analfabetos, D. João VI inaugurava orgulhosamente toda uma série de cursos de ensino superior, deixando em pleno abandono os demais níveis de ensino”. (Rommanelli, 1998, p. 269-270).

Sobre esses aspectos afirma Gadotti (2002) que Rui Barbosa (1849-1923) fez um balanço sobre a educação até o final do Império e traz dois pareceres sobre o sistema de ensino no Brasil, sendo o primeiro acerca do ensino secundário e superior e o segundo sobre o ensino primário, ambos apresentados respectivamente, em 1882 e 1883 ao Parlamento. Neles Rui Barbosa prega a liberdade de ensino, a laicidade da escola pública e a instrução obrigatória. Rui Barbosa inspirava-se nos sistemas educacionais da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

Nesse sentido, o balanço mostrava o nosso atraso educacional, a fragmentação do ensino e o descaso com a educação popular, que predominaram

até o Império. Segundo o autor a República prometia levar a sério a questão educacional.

Como mostra Rommanelli (1998), não foi o que aconteceu depois de proclamada à República, muitas utopias acenderam-se a respeito de novas perspectivas educacionais, mais essas esperanças logo foram frustradas pela forma como as autoridades governamentais e a elite dominante reagia diante da situação educativa.

Assim, Rommanelli (1998) relata que,

(...) não foi apenas no setor educacional que a República deixou de promover as mudanças que seriam desejáveis. De fato, o movimento republicano não tinha o propósito de romper com as estruturas sociais exploradoras, que sacrificavam a grande massa da população brasileira. (...) (Rommanelli, 1998, p. 282)

Dessa forma, a educação brasileira vem aos poucos se constituindo um instrumento de fundamental importância para a mudança social de um povo. Apesar de ser fruto de dominação e herança dos tempos do Império e conseqüentemente do período republicano brasileiro.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi promulgada em 1961, sancionada pela lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Mas, essa temática já estava presente na Constituição Federal de 1934, dessa forma, percebe-se que tais ideias já estavam sendo discutidas e analisadas anteriormente.

Diante disso, Saviani (2008), afirma que,

A origem da temática relativa às diretrizes e bases da educação nacional remonta à Constituição Federal de 1934, a primeira carta magna que fixou como competência privativa da União “traçar as diretrizes da educação nacional” (Artigo quinto, Inciso XIV). Observa-se que, nesse momento ainda não aparecia a palavra “bases”. Mas resulta claro, pelo enunciado, que se pretendia organizar a educação em âmbito nacional; daí a necessidade de diretrizes a serem observadas em todo o território nacional. (Saviani, 2008, p. 09).

Atualmente, o sistema escolar brasileiro é regido pela lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que regulariza em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária e presença mínima em aulas e as formas de promoção de série, cabendo aos estados e municípios como também as escolas a normatização das peculiaridades nas instâncias regionais e locais.

Segundo a LDB, a Educação Básica tem como objetivo assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LDB, 1996, Art. 22, p. 32).

Conforme Saviani (2008), o ano 1997 se inicia sob a vigência da nova lei, o que obriga os educadores de um modo geral, aí incluídos os professores de todas as escolas do país, a adequar as suas atividades às normas fixadas nessa lei.

Assim nos mostra o Artigo 89 da nova LDB que:

É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (LDB, 1996, p. 46).

Em se tratando da política da educação no Brasil, apresentamos o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 que cria o seguinte plano:

Criou-se o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, lançado em 24 de Abril de 2007, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, que têm a participação das famílias e das comunidades, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria de qualidade da educação básica. (Decreto nº 6.094/07).

É importante ressaltar que o Ministério da Educação desempenhou um papel fundamental na coordenação da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. Nesse contexto o Plano foi entendido como um conjunto de diretrizes

políticas que se configurou num processo de negociação e que se preocupava em recuperar a escola fundamental, uma vez que a educação no Brasil passava por sérios problemas.

Assim sendo, acredita-se que os resultados oriundos deste Plano trariam diversas contribuições para a educação brasileira.

A partir dessa discussão surgiu a necessidade bem como a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros e objetivos a fim de orientar ações educativas do ensino obrigatório baseados nos currículos que resultassem na melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Dessa forma, o principal objetivo é a melhoria da qualidade da educação básica por meio do apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação, da mobilização de recursos e de parcerias da sociedade em apoio ao trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios em suas redes e escolas.

2 O SER PROFESSOR

2.1 A formação docente

A formação docente é algo inerente ao professor, todos eles devem buscar a qualificação, principalmente na área de atuação. A prática docente deve estar em sintonia com as necessidades dos educandos. Considera-se que os educandos são portadores de conhecimentos internalizados que se bem aproveitados mediante uma prática pedagógica didaticamente baseada numa perspectiva interdisciplinar poderá construir conhecimentos úteis à formação crítica do educando a partir de materiais que garantem leva-los a exercer sua cidadania.

Os docentes devem repensar sobre sua postura em relação ao trabalho pedagógico, pois este deve acontecer de forma espontânea, na simplicidade e na organização coerente do docente com sua prática.

Sobre isso Freire (2000) nos fala,

O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde, aberto, se acha permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e os diferentes caminhos e veredas, que ela os faz percorrer. (Freire, 2000, p. 27)

O professor é um agente de mudanças, seja da qualidade do ensino, seja da democratização da sociedade brasileira. Atua como um profissional que busca alargar o seu poder e o reconhecimento de sua especialidade pelo mercado. Como mostra Cunha “a atuação organizada dos docentes tem favorecido a delimitação de seu campo de atuação específica e o âmbito de sua influência política”. (Cunha, 1991)

A prática docente deve ter seu fundamento numa sólida formação de quem a ensina. Percebe-se que muitas práticas pedagógicas se resumem na simples decodificação de conteúdos, muitas vezes por falta do conhecimento didático-

pedagógico do professor que não desperta no alunado a curiosidade para questionar as informações apresentadas, tornando-os assim, meros receptores do conhecimento.

A esse respeito afirma Freire (2000)

Não o autoriza a ensinar o que não se sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (Freire, 2000, p. 28)

A formação em nível superior constitui um dos aspectos importantes do processo de profissionalização docente da educação básica. É de total relevância para o professor está constantemente se atualizado nesta sociedade do conhecimento tendo uma visão mais crítica e transformadora, fundamental para o progresso e desenvolvimento da sociedade.

2.2 – A vivência docente no cotidiano escolar.

Faz-se necessário que a escola seja um ambiente de aprendizagem, que possa levar o educando a conceber uma atividade que deva responder, obviamente, aos anseios de uma realização de aprendizagem significativa para a escola.

Segundo Martins (1994, p. 23);

Muitos educadores não conseguem superar a prática formalista e mecânica enquanto para a maioria dos educandos aprender a ler se resume à decoreba de signos linguísticos, por mais que se doure a pílula com métodos sofisticados e supostamente desalienantes. Prevalece a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem colocar o porquê, como, e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade. (Martins, 1994, p. 23)

Neste sentido, os educadores devem refletir sobre os métodos que seguem, e compreender que o ensino-aprendizagem enquanto uma atividade complexa exige o domínio de elementos que contribuem para a compreensão global. E isso depende de uma prática que trabalhe nessa perspectiva.

Os educadores, em sua prática, devem intervir não apenas no sentido de planejar suas formas de ensinar no cotidiano de suas salas de aula, mas adotar em sua prática de ensino uma postura competente que desperte o gosto e o prazer de aprender e não desenvolvê-la de maneira obrigatória e mecânica frustrando os alunos. É notório que essa prática é ultrapassada e não proporciona ao aluno a capacidade para compreender o que foi ensinado.

Os docentes devem repensar sobre a sua postura em relação ao trabalho didático que deve acontecer na simplicidade e na organização coerente do docente com sua prática. Uma boa prática pedagógica entende e compreende todas as informações organizadas e concentradas que deverão ser colocadas em pauta de acordo com as necessidades e expectativas da aprendizagem. Dessa forma, compreender é dar sentido ao conteúdo estudado, é atribuir juízo de valor sobre o que se estuda.

Nesse interim Delors (2003) fala,

Nunca é demasiado insistir na importância da qualidade do ensino e, portanto, dos professores. É no estágio inicial da educação básica que se formam, no essencial, as atitudes da criança em relação ao estudo, assim como a imagem que faz de si mesma. O professor, nesta etapa, desempenha um papel decisivo. Quanto maiores forem as dificuldades que o aluno tiver de ultrapassar – pobreza, meio social difícil, doenças físicas – mais se exige do professor. [...] (Delors, 2003, p. 158-159)

Para tanto, a prática adotada pelo professor deve estar baseada na qualificação do ensino, na formação sólida e continuada capaz de condicionar a classe docente a desempenhar um trabalho significativo perante seus discentes, mostrando meios que levem a progredir nos estudos e acima de tudo ter uma visão crítica e politizada diante das circunstâncias sociais.

Delors (2003) nos coloca algumas recomendações propícias para que o ensino-aprendizagem se torne mais dinâmico e eficaz.

Apesar da profissão de professor ser fundamentalmente uma atividade solitária, no sentido em que cada professor se encontra perante as suas próprias responsabilidades e deveres profissionais, o trabalho em equipe é indispensável, sobretudo no secundário, para melhorar a qualidade da educação e adapta-la melhor às características particulares das aulas e dos diferentes grupos de alunos. (Delors, 2003, p.166)

Neste sentido, é importante que a equipe pedagógica trabalhe em conjunto não limitando a regras utilizadas em determinadas disciplinas, a fim de cumprir somente o que é estabelecido pelo sistema educacional, mas sim do que a escola realmente pretende alcançar através do trabalho que a equipe pedagógica irá desenvolver com os alunos de maneira que os mesmos atribuam à liberdade de aprender não mecanicamente, mas de forma simples, contextualizada.

Desse modo, é de responsabilidade do gestor, do professor, enfim da comunidade escolar averiguar se os métodos que estão sendo utilizados são eficazes para a aprendizagem significativa dos alunos.

Sabe-se da importância da função de um professor na vida escolar do indivíduo, como também se percebe ainda a má desvalorização do profissional dessa área, apesar dos avanços que tem dado para a melhoria da classe dos professores ainda é pouco para o que se pretende alcançar, visto que os mesmos tem se esforçado para obter mediante ao seu trabalho resultados significativos.

Segundo Delors (2003),

É evidente que melhorar a qualidade dos professores, do processo pedagógico e dos conteúdos do ensino não deixa de levantar diversos problemas cuja solução não é fácil. Os professores reivindicam, e com razão, condições de emprego e um estatuto que testemunhem o reconhecimento de seus esforços. É preciso dar-lhes os instrumentos de que necessitam para poderem desempenhar melhor as suas várias funções. Em contrapartida, os alunos e a sociedade no seu conjunto têm o direito de esperar deles que cumpram a sua missão com dedicação e com um profundo sentido de suas responsabilidades. (Delors, 2003, p. 165-166)

Percebe-se nesse contexto, que o professor tem uma longa jornada de trabalho e quando não há motivação para desempenhar tal função, ou seja, quando falta reconhecimento de seus esforços, precarização nas formações continuada, dos recursos financeiros destinados aos serviços pedagógicos, dentre outros motivos, o

que resta é esperar um resultado de desqualificação da profissão docente, assim tornando difícil a eficiência deste trabalho e cooperando para a banalização do sistema educacional.

Portanto sabe-se a responsabilidade que o professor têm no processo de ensino-aprendizagem do indivíduo e na formação plena do aluno, cabe ressaltar também que é necessária a valorização deste profissional por parte das políticas públicas, do poder público e das ações conscientes e consistentes, para que dessa forma aconteça um maior entusiasmo e dedicação por parte dos professores na constante busca de resultados positivos em relação à prática pedagógica do educador.

3 FORMAÇÃO DOCENTE E CIDADANIA

3.1 A prática docente e o exercício da cidadania

Sabe-se que a escola, enquanto instituição social se articula à história, aos movimentos sociais e expressa em certa medida os projetos políticos, econômicos e culturais de cada camada social, mas também, possui suas especialidade enquanto agência educativa, com objetivos, estruturas e ações bastante peculiares, podendo ser entendida como mediadora do que ocorre na sociedade. Dessa forma, tanto a sociedade quanto a escola possuem movimentos que se configuram a partir das correlações de força, dos processos e das práticas sociais.

Acerca da prática educativa e da sociedade Libâneo (1994), exprime que,

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepara-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mais também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transforma-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (Libâneo, 1994, p. 16-17).

Nesse sentido, considera-se que a prática pedagógica e a competência técnica do educador poderá proporcionar a socialização do saber considerado necessário para formação intelectual do indivíduo, pois é através da prática educativa que o professor realiza o seu trabalho no cotidiano escolar e em sintonia com os alunos, contribui para a transmissão e troca de conhecimentos e além do mais, ajuda a construir suas competências no sentido mais pleno, incorporando sua prática à realidade no contexto histórico.

Dentre os personagens, que contribuem para a formação e reformulação da aprendizagem, na concepção de ensino e escola, o professor exerce um papel fundamental. É ele quem atua como mediador entre o aluno e o conhecimento, conduzindo o processo de aprendizagem. Assim, segundo Sampaio e Leite (1999),

O trabalho da escola se materializa através do trabalho do professor, porque é ele quem orienta o processo de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo o único responsável direto pelo ensino e se assim não fosse - se não houvesse a necessidade de um profissional específico para a tarefa de refazer com os alunos a trajetória do conhecimento humano, não seria necessário existir instituição escolar. (Sampaio e Leite, 1999 p.68).

Cabe ressaltar, que a prática pedagógica do educador está intimamente ligada a sua formação e que até meados da década de 30, a formação do professor era feita através da transmissão de uma cultura geral; uma formação fundamentada na pedagogia tradicional. Libâneo (1994) elenca ainda que,

Boa parte dos professores de nossas escolas entende o trabalho docente como 'passar' a matéria do programa, geralmente de acordo com o livro didático. É verdade que muitos livros didáticos já indicam a estruturação da aula, mas, ainda assim, o ensino permanece preso à sequência da matéria, [...] como algo externo e isolado que não mobiliza a atividade mental dos alunos [...]. (Libâneo, 1994, p. 96).

Nesse contexto, os educadores em sua prática, devem intervir não apenas no modo de planejar, é necessário também priorizar a melhor maneira de estruturar suas aulas levando sempre em consideração a reflexão e entendimento dos alunos frente aos conteúdos propostos, tendo em mente a assimilação consciente e sólida de conhecimentos, habilidades e do desenvolvimento das capacidades cognoscitivas inerentes ao indivíduo.

Partindo do pressuposto de que a prática pedagógica do educador e sua formação constituem aspectos indissociáveis é que Perrenoud (2002, p. 48) apresenta dez motivos que traduzem uma visão definida do ofício de educador e da escola necessários à reflexão da prática pedagógica, pois podemos esperar de uma prática reflexiva.

- Compense a superficialidade da formação profissional;
- Favoreça a acumulação de saberes de experiência;
- Propicie uma evolução rumo à profissionalização;
- Prepare para assumir uma responsabilidade política e ética;
- Permita enfrentar a crescente complexidade das tarefas;
- Ajude a vivenciar um ofício impossível;
- Ofereça os meios necessários para trabalhar sobre si mesmo;
- Estimule a enfrentar a irredutível alteridade do aprendiz;
- Aumente a cooperação entre colegas;
- Aumente as capacidades de inovação.

A título de compreensão ressaltamos que estes motivos não se configuram numa imposição na qual o professor guiará sua prática, mas sim como sugestão para refletir sobre a mesma.

A função do educador é criar condições de aprendizagem que leve o aluno a não somente decorar o conteúdo, mas também dialogar com o mesmo para que assim, possa haver a assimilação e compreensão do assunto trabalhado, dessa forma possibilitando a sua verdadeira função e seu papel na vida do indivíduo e da sociedade. Não é exatamente essa a realidade que vivenciamos em nossas práticas cotidianas, pois é notório que muitos educadores não proporcionam espaço para que nossos educandos possam construir e tornar público seus conhecimentos, cremos muitas vezes que somente nós, educadores, somos os sujeitos do conhecimento. E sobre isso nos diz Freire (1979),

O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação (Freire, 1979, p. 38)

Muitos são os educadores que se julgam donos do conhecimento e tampouco estão comprometidos em formar indivíduos capazes de transformar a sociedade,

mas sim, estão formando indivíduos medíocres, porque não trabalham primando a qualidade do ensino e a seriedade do seu ofício.

A prática pedagógica requer dos educadores aprendizagem em observar, ver e entender a evolução dos alunos para trabalhar a partir das habilidades e competências encontradas nos mesmos.

Muitos educadores, em suas práticas pedagógicas, nas escolas, apostam numa postura de imposição do conhecimento, onde somente eles são sujeitos desse saber e que os educandos, por sua vez, devem comportar-se como objetos, passivos apenas recebendo e concordando com tudo o que lhes são repassados, como se eles fossem meros depósitos. Freire faz sérias críticas a esta concepção, através do que chama de educação bancária “ato de depositar, no qual os alunos são depósitos e o professor aquele que deposita” (Freire, 1980, p. 79).

Freire (1987) continua:

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (Freire, 1987, p. 60).

E sobre isso afirma Emília Ferreiro (2001), que:

Há práticas que levam a criança à convicção de que o conhecimento é algo que os outros possuem e que só se pode obter da boca dos outros, sem nunca ser participante na construção do conhecimento. Há práticas que levam a pensar que “o que existe para se conhecer” já foi estabelecido, como um conjunto de coisas fechado, sagrado, imutável e não-modificável. Há práticas que levam a que o sujeito (a criança neste caso) fique de “fora” do conhecimento, como espectador passivo ou receptor mecânico, sem nunca encontrar respostas aos “porquês” e aos “para quês” que já nem se quer se atreve a formular em voz alta (Ferreiro, 2001, p. 30-31).

A efetivação do conhecimento só se dará quando os educadores, em suas práticas, primarem pelo dialogismo, colocando-se como parte de um todo e não como o todo. É fundamental que conhecendo os limites de sua ação, os educadores

reflitam sobre suas práticas pedagógicas e profissionais e passem a agir objetiva e coerentemente em face dos desequilíbrios e desafios que a realidade apresenta.

Fundamentalmente, os educadores devem adotar uma prática docente que estimule a capacidade crítica dos educandos, favorecendo a estes serem curiosos em seu processo de aprendizagem. Daí a importância da missão dos educadores que não se restringe em apenas ensinar como também fazer com que os educandos sejam um ser pensante e crítico, que em seu aprendizado não sejam repetidores do já dito, mas desafiem e elaborem seus próprios conceitos, acrescentem novas informações àquilo que se está fazendo, seja sujeitos ativos de seu crescimento intelectual, algo que é traduzido pelo pensamento de Paulo Freire (1996),

Creio poder afirmar, nas alturas destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra (Freire, 1996, p. 69-70)

Portanto, a prática docente tem a competência de despertar no educando o gosto e o prazer pelo conhecimento e não desenvolvê-la de maneira obrigatória e mecânica frustrando o processo de aprendizagem.

Para que aconteça uma educação significativa é necessário que os educadores trabalhem incansavelmente em busca de proporcionar nos educandos o gosto e a vontade de aprender tudo o que lhes são necessários à sua formação intelectual. Nesse âmbito Delors (2003) afirma que:

[...] o individuo deve estar na posse de todos os elementos de uma educação básica de qualidade. Mas, é desejável que a escolha lhe transmita ainda mais o gosto e o prazer de aprender, a capacidade de ainda mais aprender a aprender, a curiosidade intelectual. Podemos, até, imaginar uma sociedade em que cada um seja, alternadamente professor e aluno. (Delors, 2003, p. 18)

Para isso, o professor necessita de avaliar constantemente sua prática educativa, pois é ele quem estar em contato direto com os alunos no dia-a-dia escolar. É primordial também, que o educador tenha consciência de que o aluno carrega consigo uma gama de conhecimentos, e que devem ser valorizados e respeitados, e paulatinamente moldados, dando aos alunos a oportunidade para desenvolverem suas próprias aptidões e interesses.

3.2 Contribuições da formação docente para a construção da cidadania.

A sociedade brasileira é marcada e dividida por uma grande desigualdade social, a qual dificulta a representação dos indivíduos em sociedade, fazendo com que estes, se tornem pessoas marginalizadas. Este fato confirma claramente que uma das principais causas para que as camadas brasileiras sejam tão desiguais continua sendo o analfabetismo.

As escolas brasileiras sofrem uma grande crise com relação à leitura, à compreensão. Os alunos possuem uma enorme antipatia com relação às mesmas, o que os leva a não saberem assimilar ideias e pensamentos relacionados à própria sociedade, e com isso aceitam valores impostos pela classe dominante sem nenhum argumento a ser feito, simplesmente por não terem informações precisas, devido à carência desse conhecimento.

Para Delors, “[...] a educação deve ser encarada como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir. [...]” (Delors, 2003, p. 18).

Comungando das ideias de Libâneo (1994), o educador tem o compromisso e a responsabilidade de preparar e conduzir os alunos para que se tornarem cidadãos ativos e participantes nos vários ambientes sociais, na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. Pois, essa é uma atividade fundamentalmente social, por que contribui para a inserção do homem na sociedade facilitando o acesso a sua cidadania.

O conceito de cidadania, já teve vários entendimentos em diferentes momentos no decorrer da história da humanidade.

Na concepção de Carvalho (2001):

O termo *cidadania* tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. (Carvalho, 2001, p.219).

Nesse sentido a educação torna-se a responsável na articulação entre os indivíduos e sociedade. É a educação que prepara os indivíduos a construir sua auto percepção e compreensão sobre o conjunto de direitos e obrigações que cada cidadão possui constituindo assim a sua cidadania. Libânio (1994) exprime que para isso acontecer de maneira sólida, faz-se necessário que se tenha uma ação educativa concreta e ativa, que exerça influências sobre os indivíduos no meio social, pois só assim, poderão assimilar e repensar o seu papel, tornando-se capaz de estabelecer uma relação ativa e transformadora no meio social em que se encontra.

Sobre a educação e cidadania, Machado (2000), nos mostra que,

Nos tempos atuais, nenhuma caracterização das funções da educação parece mais adequada do que a associação da mesma à formação do cidadão, à construção da cidadania. [...] a educação para a cidadania tornou-se uma bandeira muito fácil de ser empunhada, um princípio cuja legitimidade não parece inspirar qualquer dúvida. A não ser a que se refere ao próprio significado da expressão "educar para a cidadania". (Machado, 2000, p. 40).

O mesmo autor continua afirmando que,

[...] Educar para a Cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo. (Machado, 2000, p. 43).

Dessa forma, para Machado “educar para a cidadania deve significar também, pois, semear um conjunto de valores universais, que se realizam com o tom e a cor de cada cultura, sem pressupor um relativismo ético radical, francamente inaceitável; [...]” (Machado, 2000, p. 44), é mostrar para os cidadãos quais são seus direitos e deveres levando em consideração seus anseios individuais e coletivos. Pois assim, essa articulação dará possibilidades do cidadão estar sempre buscando seus direitos e exercendo seus deveres, seja em casa, no trabalho, na rua, onde quer que se encontrem, firmando dessa maneira, uma participação ativa e concreta diante dos interesses individuais e da coletividade.

É por meio da prática do educador que o educando torna-se capaz de socializar-se, podendo compreender sua importância para a construção de uma sociedade mais igualitária, tornando-se um sujeito consciente e participante nas tomadas de decisões podendo assim, apropriar-se a respeito do seu tempo e espaço na sociedade.

Diante disso, José Carlos Libânio (1994), expõe:

A prática educativa, portanto, é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas de organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais. No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda ordem – sociais, políticos, econômicos, culturais – que precisam ser compreendidos pelos professores. Por outro lado, é preciso compreender, também, que as relações sociais existentes na nossa sociedade não são estáticas, imutáveis, estabelecidas para sempre. Elas são dinâmicas, uma vez que se constituem pela ação humana na vida social. Isso significa que as relações sociais podem ser transformadas pelos próprios indivíduos que a integram. Portanto, na sociedade de classes, não é apenas a minoria dominante que põe em prática os seus interesses. Também as classes trabalhadoras podem elaborar e organizar concretamente os seus interesses e formular objetivos e meios do processo educativo alinhados com as lutas pela transformação do sistema de relações sociais vigente. O que devemos ter em mente é que uma educação voltada para os interesses majoritários da sociedade efetivamente se defronta com limites impostos pelas relações de poder no seio da sociedade. Por isso mesmo, o reconhecimento do papel político do trabalho docente implica a luta pela modificação dessas relações de poder. (Libânio, 1994, p. 21).

Nesse contexto, é preciso repensar sobre a prática educativa, bem como analisar o contexto educacional, levando em consideração as possíveis oportunidades e estratégias motivadoras que levem os discentes a assumir e a conhecer seus direitos e deveres de cidadão e a expor atitudes e críticas, mediante

a realidade em que se encontram inseridos, preparando-se para ocupar de fato e de direito o seu espaço para assim alcançar sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora apresentado propõe uma pesquisa sobre a educação como base para a construção de uma sociedade onde seus protagonistas sejam conscientes e seguros de seu papel como cidadãos íntegros. A partir do momento em que o indivíduo começa a exercitar o ofício de estudar, ele abre novos caminhos e novas possibilidades, promovendo o seu diálogo e tornando-se apto a inserir-se de maneira eficaz no mundo que o cerca.

Sabe-se que a educação é a base para a realização de muitos conhecimentos e é através da mesma que se consegue transformar o indivíduo em cidadãos conscientes e ativos, com o propósito de contribuir para o crescimento da sociedade. Cada vez mais se percebe a necessidade de buscar uma aprendizagem concreta e inovadora, pois quanto mais se busca o conhecimento, mais experiências são adquiridas e conhecimentos são gerados.

Diversos estudos e pesquisas apontam para a necessidade de se rever bem como implementar, no contexto brasileiro, políticas voltadas para a formação docente, tendo em vista que esta questão é de grande relevância para a construção da nossa cidadania.

As discussões que existem sobre o que leva as pessoas a exercerem realmente seu papel de cidadão, estão intimamente voltadas para a função da escola e da família. Desse modo, é preciso observar o tipo de educação que é atribuída à criança. É importante mostrar a criança que uma educação progressiva é à forma mais correta para uma interação com o meio social, facilitando a mesma a ter uma visão de mundo mais ampla e concreta.

Nessa caminhada encontram-se educadores preocupados com o grande número de evasão, com a má qualidade de ensino, assim nos faz crer que realmente ainda falta muito para que os nossos educandos sejam realmente transformados em sujeitos politizados.

Portanto, o educador necessita conceber uma educação que garanta a inserção do homem na sociedade e em consequência ao exercício da sua cidadania, assim sendo, é preciso repensar essa prática pedagógica, propiciando aos educandos oportunidades e estratégias motivadoras que os levem a assumir atitudes críticas diante da realidade em que se encontram inseridos, preparando-os

para o mundo, a princípio, o seu mundo, e paulatinamente, todos os mundos possíveis.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I.M.; **Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade.** BEUREN, I.M.; RAUPP, F.M.; **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais.** In: COLAUTO, R.D.; LONGARY, A.A.; PORTON, R.A.de B.; RAUPP, F.M.; SOUSA, M. A. B. de.; BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2008. P. 46-97.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, L.A. **Educação, Estado e democracia.** São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; Brasília, DF: FLACSO, 1991.

Decreto nº 6.094/07: Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 13 de fevereiro de 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** – 8. ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FERREIRA A B H. **Novo Aurélio Século XXI** - Dicionário da Língua Portuguesa. 5ª impressão. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização/** Emília Ferreiro: Tradução Horácio Gonzales (et al.), 24. ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões de nossa Época; v. 3-31)

FREIRE, Paulo. **Educação com prática de liberdade.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Educação e mudança**/ Paulo Freire; tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção e Leitura).

_____. **Professora sim, tia não**. 10 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. – (Guia da escola cidadã; v. 1).

_____. **História das ideias pedagógicas** / Moacir Gadotti. – 8ª ed. – São Paulo: Editora Ática, 2002.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei de nº 9.394/96.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / José Carlos Libâneo. – São Paulo: Cortez, 1994 – (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores** / Nilson José Machado. – São Paulo: Escrituras Editora, 2000. (Coleção ensaios transversais).

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação brasileira.** (1930-1973). Ed. Vozes. Petrópolis. 1998.

SAMPAIO, Marisa N. e Leite, Lígia Silva. **A alfabetização tecnológica do professor.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 11ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).